

UMA BREVE HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA, FAMÍLIA E ESCOLA

Oswaldo José Sobral*

Eliana Pontes da Silva**

Raquel da Silva Cardoso**

Resumo: Este artigo científico de revisão é o resultado da produção de dois primeiros capítulos de monografias, relativas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas. Ambos os projetos de pesquisa tiveram como tema “a relação entre família e escola”. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi o levantamento bibliográfico, mediante a revisão da literatura disponível sobre a temática investigada, e teve como referências as seguintes obras: Ariès (2006); Bock, Furtado e Teixeira (2002); Prado (1988); Silva (2005); Silva (2010); além do Estatuto da Criança e do Adolescente (GOIÁS, 2010). Para tanto, o presente trabalho acadêmico realizou uma breve revisão histórica a respeito dos seguintes tópicos: sentimento de infância; do sentimento de infância na história contemporânea do Brasil; da construção do sentimento de família e sua concepção na atualidade; da história social da escola; e a função social da família na contemporaneidade. Enfim, foi possível considerar que a questão da educação de crianças deve ser tratada como um forte vínculo entre escola, família e sociedade, todos com um mesmo propósito que é de formar pessoas capazes de pensar e não meros escravos do mercado de trabalho, ou melhor, do capitalismo. Se algum desses elos não estiver fortalecido, e cumprindo com a sua parte, a educação fracassará em algum momento.

Palavras-chave: Infância. Família. Escola. História Social.

1. Introdução

Este artigo científico de revisão é o resultado da produção de dois primeiros capítulos de monografias, relativas a Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas. Ambos os projetos de pesquisa tiveram como tema “a relação entre família e escola”.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi o levantamento bibliográfico, mediante a revisão da literatura disponível sobre a temática investigada, e teve como referências as seguintes obras: Ariès (2006); Bock, Furtado e Teixeira (2002); Prado

* Orientador: graduado em Psicologia, Especialista em Docência Universitária e Mestre em Educação. Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas. E-mail: sobral.osvaldo@gmail.com

** Pesquisadoras: Acadêmicas do 4º ano do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas.

(1988); Silva (2005); Silva (2010); além do Estatuto da Criança e do Adolescente (GOIÁS, 2010).

Para tanto, o presente trabalho acadêmico realizou uma breve revisão histórica a respeito dos seguintes tópicos: o sentimento de infância; o sentimento de infância na história contemporânea do Brasil; a construção do sentimento de família e sua concepção na atualidade; a história social da escola; e a função social da família na contemporaneidade.

2. A História do Sentimento de Infância

Em meados do Século XII, o sentimento de infância era quase inexistente, nos desenhos da arte medieval da época as crianças eram representadas com pouca frequência, e quando eram representadas era como homens e mulheres em miniaturas sem nenhum traço ou vestimenta que os diferenciavam dos adultos.

Desse modo, Ariès (2006, p. 17) afirma que: “Ora, o miniaturista agrupou em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância: eles foram simplesmente reproduzidos em uma escala menor”.

Além da vestimenta das crianças serem iguais aos dos adultos elas também eram tratadas desde cedo com muita rigidez sem nenhum tipo de carinho ou cuidado pelo fato de serem crianças, quando já aprendiam a falar começavam a trabalhar nos ofícios dos seus pais.

O sentimento de admiração e de afeto com a criança não existia Ariès (2006, p. 22), pois, “ainda se compreende o gosto pitoresco e pela graça desse pequeno ser, ou o sentimento da infância ‘engraçadinha’, com que nós, adultos, nos divertimos para nosso passa tempo, assim como nos divertimos com os macacos”. Desta maneira, era assim que eram vistas as crianças, apenas para divertir e distrair os adultos.

No século XVII as crianças morriam em grande número e por sua vez eram tratadas com muito desprezo, quando elas morriam a família agia com muita naturalidade, não se preocupavam com elas de acordo com eles não davam valor a vida das crianças, pois podiam substituí-la se ela viesse a morrer. (ARIÈS, 2006).

Ainda, no século XVII, a criança começa a ser vista de uma forma mais específica, quando é mais nítida a evolução do sentimento da primeira infância, nesse período era comum ver nas representações as crianças aparecerem sozinhas ou nos retratos de família segurando a mão de seus pais e as crianças alegravam suas famílias com suas brincadeiras.

Por volta do século XIII, começaram a surgir algumas representações de crianças com um sentimento mais parecido com o que temos hoje, eram representados como anjos, com traços diferenciados dos adultos, mas parecidos com a forma de um adolescente. Naquele tempo, algumas eram educadas para ajudar nas missas. E, logo após as crianças foram aparecendo cada vez mais nas representações artísticas da época de formas diferentes.

Depois de tantas modificações no modo de como ver a criança percebemos que o real sentimento de infância começou no século XIII quando as crianças já eram inseridas como parte da família e suas expressões e vocabulários eram apreciados por todos. E, nessa época começa a ser diferenciada as idades da vida como infância, adolescência e fase adulta. Ariès (2006, p. 9) esclarece mais sobre a divisão das idades da vida:

Primeiro, a idade dos brinquedos: as crianças brincam com um cavalo de pau, uma boneca, um pequeno moinho ou pássaros amarrados. Depois a idade da escola: os meninos aprendem a ler ou seguram um livro e um estojo; as meninas aprendem a fiar. Em seguida, as idades do amor ou dos esportes da corte e da cavalaria: festas, passeios de rapazes e moças, corte de amor, as bodas ou a caçada do mês de maio dos calendários. Em seguida as idades da guerra e da cavalaria: um homem armado. Finalmente, as idades sedentárias, dos homens da lei, da ciência ou do estudo: o velho sábio barbudo vestido segundo a moda antiga, diante de sua escrivaninha, perto da lareira.

Com essa nova noção das especificidades das idades da vida, a criança começa a ser amada e protegida, considerada uma pessoa frágil e que necessita de cuidados específicos se tornando um membro fundamental e o centro da família.

De acordo com esse breve estudo sobre a história do “sentimento de infância”, é possível observar que o sentimento de infância passou por várias transformações que, historicamente, propiciaram a constituição do sentido que se tem, na atualidade, acerca da infância. E, vale ressaltar que a família passa de indiferente a super-protetora da criança e dos seus direitos (ARIÈS, 2006).

3. O Sentimento de Infância no Brasil Contemporâneo

No Brasil, a partir de 1937, a criança além de ser protegida pela família começa a ser resguardada, também, pelo governo, que por sua vez se sente responsável pelos menores e passa a dar assistência às crianças, bem como às famílias de baixa renda. A partir disto, as

questões relacionadas à infância começaram a ser bastante discutidas pelas autoridades constituídas a fim de garantir melhores condições para criança.

Para Silva (2010, p. 20), em 1955, foi criado o Instituto Nacional de Assistência ao Menor (INAM) que tinha o papel de proteger as crianças contra maus tratos e garantir as necessidades básicas das crianças, passando a “ter controle direto sobre a assistência aos ‘menores desamparados’.” (grifado no original). Mais tarde, essa organização foi restaurada e passou a se chamar Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), aprovada pela lei nº. 4.513, de 1964. (SILVA, 2010, p. 20).

Entretanto, essa organização começou a ser muito criticada por não ser suficiente em garantir os direitos das crianças, e passadas três décadas começa a luta por uma reformulação nessa organização. Silva (2005, p. 31-32) explica melhor:

Um clima de efervescência com o processo de transição político-democrática com o (novo) sindicalismo, com o movimento das “diretas já,” com o movimento pela anistia e com lutas por direitos trabalhistas, sociais, políticos e civis. A política brasileira nos meados dessa época tinha como marco a Nova República, que intencionava o exercício da democracia da cidadania e da regulamentação do Estado de direito. [...] Como reflexo desse contexto, no campo da infância ocorreu uma ampla mobilização nacional, com repercussão internacional, que visava à defesa dos direitos da criança e do adolescente e lutavam por mudanças no código de menores, na mentalidade social e nas práticas judiciais e sociais dos órgãos do Estado que implementavam a política destinada a esse segmento. (grifado no original).

Depois de muitas mobilizações a FUNABEM deixou de funcionar, e em 1990 é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que prioriza a proteção da criança em todos os aspectos na perspectiva de criança como um sujeito de direitos, desde então começam a vigorar varias leis que asseguram criança de maus tratos tanto por parte da família quanto pelos professores. Neste entendimento, no artigo 15 do ECA está explicitado o seguinte princípio: “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis”. (GOIÁS, 2010, p. 14).

Sem dúvida, a criação do Estatuto culminou em uma grande mudança no país em relação aos direitos das crianças ajudando a fazer com que fossem vigoradas as leis que protegem os menores. “**Art. 18.** É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (GOIÁS, 2010, p. 15, grifado no original).

É claro que, ainda, existem exceções no modo de se conceber a infância, pois muitas famílias, ainda, não têm clareza de que as crianças são seres que necessitam de cuidados específicos e que elas são o futuro de uma sociedade melhor. Ao contrário, é possível observar nos noticiários que algumas famílias, geralmente, de classes menos favorecidas têm obrigado seus filhos a trabalhar várias horas por dia, para ajudar nos orçamentos domésticos. Estas crianças são impedidas de frequentar a escola, e muitas vezes, tornam-se vítimas de todo tipo de violência, seja ela de origem psicológica e/ou física, ou, ainda, são abandonadas pela família, passam a morar nas ruas, inclusive, por falta de ajuda do governo, que na maioria das vezes tem violado as leis que asseguram e protegem as crianças.

Diante de todas as considerações feitas até aqui, acerca do sentimento de infância, pode-se relacionar o conceito inexistente da infância da Idade Média com a forma que a criança é vista na contemporaneidade. Esta temática se tornou alvo de grandes discussões e preocupações, mesmo com algumas exceções, como mencionadas acima, é possível considerar todas essas etapas como um grande avanço na história da infância, apesar de, ainda, ser necessário um avanço maior para sua melhoria.

4. A Construção do Sentimento de Família e sua Concepção na Atualidade

Durante a Idade Média o modelo de família, como é conhecido hoje, não era representado na iconografia da época. Os homens eram representados trabalhando em seus ofícios, pois naquela época o ofício era considerado como principal atividade da vida. Neste sentido, Ariès (2006, p. 132) fala mais sobre isso: “A importância dada ao ofício na iconografia medieval é um sinal do valor sentimental que as pessoas lhe atribuíam. Era como se a vida privada de um homem fosse antes de mais nada seu ofício”.

Tudo era representado em um livro de horas que seguia os meses do ano então cada mês era uma representação seguida de um tema que nessa época era os ofícios.

Com o passar do tempo, no século XVI, começa a aparecer nas iconografias a imagem da mulher, trabalhando ou ao lado de seu marido. Com o tempo as imagens da mulher começam a ser cada vez mais freqüentes de modo a retratar o casal. Sobre isto, Ariès (2006, p. 133) afirma que

o homem não está mais sozinho. O casal não é apenas o casal imaginário do amor cortês. A mulher e a família participam do trabalho e vivem perto do

homem, na sala ou nos campos. Não se trata propriamente de cenas de família: as crianças ainda estão ausentes no século XV.

Dessa maneira, é possível perceber, também, que a família começa a ser priorizada, e, também, começam a ser representadas as ruas, os vizinhos, os jogos e festas.

No século XVI a criança, também passa a ser representada como se viu anteriormente, e assim, a família vai tomando a forma que é conhecida hoje. A iconografia, então, evolui e passa de representar os ofícios para representar as imagens da família. A partir disso, começa a representação do noivado e da cerimônia do casamento. Dentro dessa evolução, a família passa por muitas mudanças que, inicialmente, eram representadas de forma a não se perceber muita intimidade, com o intuito apenas de mostrar que eram uma família e, com o tempo, percebe-se que este sentimento vai sendo construído. Depois disto, a família já começa a ser representada em sua vida cotidiana, mostrando que estavam mais ligadas pelo afeto. Sendo assim, Ariès (2006, p. 141) acredita que:

Daí em diante, a família seria retratada num instantâneo, numa cena viva, num certo momento de sua vida cotidiana: os homens reunidos em torno de uma lareira, uma mulher tirando um caldeirão do fogo, uma menina dando de comer ao irmãozinho.

A partir disso, a mulher começa a ficar bastante submissa ao marido, e o marido cada vez mais tornasse o chefe da família com toda a autoridade sobre os filhos. E, com o tempo, a mulher vai conquistando seus direitos e o seu lugar de destaque na família.

A iconografia nos permite passear pelo tempo e descobrir que o sentimento de infância está interligado com o sentimento da família, uma vez que, com a descoberta da família, surge o interesse pela criança por esse novo integrante familiar: a criança.

Com todas essas transformações na família ela passa a ter muita importância na sociedade se tornando a principal responsável pela sobrevivência harmônica da sociedade, transmitindo valores e princípios. Nesta perspectiva, Bock, Furtado e Teixeira (2002, p. 249) explicam que “a função social atribuída à família é transmitir os valores que constituem a cultura, as idéias dominantes em determinado momento histórico, isto é, educar as novas gerações segundo os padrões dominantes e hegemônicos de valores e de condutas”.

A família passa a ter muitas responsabilidades, dentre elas a responsabilidade de cuidar e proteger a criança e o adolescente e de fornecer os primeiros aprendizados e hábitos que são necessários para a vida em sociedade. Neste direcionamento, Bock, Furtado e Teixeira (2002, p. 249), corroboram com a concepção de que “é na família que se concretiza,

em primeira instância, o exercício dos direitos da criança e do adolescente: o direito aos cuidados essenciais para seu crescimento e desenvolvimento físico, psíquico e social”.

A família contemporânea pode ser vista de várias formas. Na sociedade atual, tem se tornado comum o fato de pessoas do mesmo sexo adotarem filhos ou que as crianças morem com os avós ou tios. Enfim, as possibilidades de novos arranjos familiares são inúmeras, porém a responsabilidade das famílias sobre as crianças continuam sendo as mesmas.

Segundo Prado (1988, p. 51, grifado no original), “o termo FAMÍLIA origina-se do latim FAMULUS que significa: conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. Entre os chamados dependentes inclui-se a esposa e os filhos”. É possível observar que o autor se refere à família numa perspectiva tradicional, pois há pouco tempo atrás ela era constituída apenas por “pai, mãe e filhos”. Não obstante, com a modernização da sociedade a concepção de família e suas novas configurações tornou impossível conceituar a organização familiar apenas de modo tradicional. Bock, Furtado e Teixeira (2002, p. 247) explicam

que existem muitas e inúmeras formas de estrutura familiar: a família de pais separados que realizam novas uniões das quais resulta uma convivência entre os filhos dos casamentos anteriores de ambos e os filhos do casal; a família chefiada por mulher (em todas as classes sociais), a nuclear, a extensa, a homossexual, enfim, observa-se uma infinidade de tipos que a cultura os novos padrões de relações humanas vão produzindo.

Com tantas modificações dentro da perspectiva familiar, não se pode deixar de afirmar que de forma tradicional, ou não, a família é imprescindível na vida da criança em todos os aspectos, inclusive na sua entrada e vivência na escola.

5. Uma Breve História Social da Escola

A escola passou por muitas mudanças para chegar onde está hoje. E, para se entender como se dá a sua relação com a família é preciso fazer uma breve discussão sobre sua história.

A escola na Idade Média era reservada a um pequeno grupo de clérigos e as aulas eram ministradas para pessoas de todas as idades. Entretanto, não se sabe quais eram as idades específicas das pessoas que poderiam frequentá-las. Tratava-se das “escolas das catedrais”, que forneciam uma educação que servia para ensinar as regras e a disciplina da sociedade da

época. Sendo assim, as crianças, que eram totalmente excluídas do mundo dos adultos, já eram preparadas para obedecer ao autoritarismo que prevalecia nesse período (ARIÈS, 2006).

Nessa época, a escola não era uma instituição ampla e confortável, ao contrário, como afirma Ariès (2006 p. 108): “O mestre instalava-se no claustro após livrá-lo dos comércios parasitas, ou então dentro ou na porta da igreja”. Com isso, pode-se perceber que a educação nessa época não era vista como algo necessário, como é compreendida nos dias atuais, pois não havia um espaço específico para ela acontecer e nem mestres preparados para dinamizar as aulas.

Com o passar do tempo, o número de escolas foi se ampliando e elas foram se tornando autorizadas, com independência umas das outras e, por isso, se viu a necessidade de abrir mais instituições escolares. No entanto, não havia recursos disponíveis para o financiamento dessa educação. Então, o professor ou o mestre alugava uma sala que se chamava *schola*. Nessas salas, não havia cadeiras para que os alunos pudessem ficar sentados, assim, eles cobriam o chão com um pano para se sentar. Somente a partir do século XIV é que começaram a serem introduzidas cadeiras nas escolas. (ARIÈS, 2006).

No século XIII constitui-se uma nova instituição: o “colégio”. Ariès (2006) relata que os colégios serviam como um lugar de abrigo para os estudantes de classe muito baixa e eram mantidos por doadores. A princípio essas instituições não eram usadas como lugar de ensino e aprendizagem, somente a partir do século XV é que os colégios começaram a funcionar como escolas, e depois de algum tempo o “colégio” passou a ser a principal instituição escolar da época (ARIÈS, 2006).

Com todas as mudanças e transformações que a escola passou e, também, a sociedade, foi considerado um erro as aulas serem ministradas com alunos de todas as idades. Então, se passou a separar os alunos por faixa etária mesmo que tivessem o mesmo grau de conhecimento, a fim de garantir uma melhor qualidade na educação e privar as crianças e os jovens da imoralidade dos adultos. Desse modo, Ariès (2006, p. 111) informa que “o colégio tornou-se então um instrumento para a educação da infância e da juventude em geral”.

A escola de hoje apesar de ainda não ser priorizada por todos, principalmente, pelos governantes, é vista como uma das mais importantes instituições sociais que tende, também, a ser responsável pela criança. Conforme explicam Bock, Furtado e Teixeira (2002, p. 261, grifado no original), “ao transmitir a cultura e, com ela, modelos sociais de comportamento e valores morais, a escola permite que a criança ‘humanize-se’, cultive-se, socialize-se ou, numa palavra, eduque-se”.

A escola, nessa perspectiva, também, é responsável pela formação da criança autônoma e crítica. Pode-se afirmar que ela exerce certo domínio sobre os pensamentos da criança, que por sua vez vê a escola e o professor como um modelo a ser seguido. A princípio a escola tinha a função de preparar a criança para o mercado de trabalho. Ensina-se a lidar com as maquinarias e as tecnologias, era um ensino centrado na técnica, mas, agora, esta concepção ficou muito distante.

Sem dúvida as funções e responsabilidades da escola têm mudado muito, e, são hoje, muito além de um ensino técnico que prepara para o mercado de trabalho. Almeja-se, na atualidade, um ensino que prepara para o mundo e o viver em sociedade. Bock, Furtado e Teixeira (2002, p. 263) afirmam essa ideia:

A escola cumpre, portanto, o papel de preparar as crianças para viverem no mundo adulto. Elas aprendem a trabalhar, a assimilar as regras sociais, os conhecimentos básicos, os valores morais coletivos, os modelos de comportamento considerados adequados pela sociedade. A escola estabelece, assim, uma mediação entre a criança (ou jovem) e a sociedade que é técnica (enquanto aprendizado das técnicas de base, como a leitura, a escrita, o cálculo, as técnicas corporais e musicais etc.) e social (enquanto aprendizado de valores, de idéias e modelos de comportamento).

A partir dessas concepções de “escola”, pode-se observar o quanto o seu papel se transformou junto à sociedade. E, em meio a tantas responsabilidades, a escola passa a ter graves problemas, sendo um dos mais polêmicos e complexos a seguinte indagação: A escola tem cumprido com as suas responsabilidades, fazendo uma ponte entre os estudos e a realidade social? Consequentemente, a resposta a esta questão, também, não pode ser simples e objetiva, pois se a escola é uma instituição social, ela deve estar diretamente interligada com a família e a sociedade, fazendo uma educação que forme seres pensantes e críticos capazes de mudar e de inovar.

6. A Função Social da Família na Contemporaneidade

Até meados do século XX, ter um filho era considerado um bom investimento, pois este viria a trabalhar para ajudar em casa e, também, estaria vinculado às questões de herança, imortalidade da família e bem estar. Entretanto, a partir do final do século XX, ter

um filho não tem mais a finalidade do passado, ao contrário, do ponto de vista financeiro e do bem estar físico, gera incertezas e insegurança.

É no final do século XX que surgem as inseminações artificiais, passando então a substituir o método natural de se conceber um filho, esse método foi desenvolvido com finalidade comercial, e os produtos dispostos nos bancos de sêmen passaram a ser disponibilizados por mães solteiras que possui uma independência financeira, casais gays e até mesmo casais conjugais que por ventura não conseguiram engravidar.

Nesse sentido, gerou-se uma grande polêmica em torno da aquisição de um filho pelos casais gays, uma vez que se colocava em questão se as crianças não estariam expostas a terem transtornos psíquicos.

Ainda que lentamente, a sociedade brasileira vem desmistificando a homossexualidade como perversão, mas, ainda, tem um grande tabu em relação à adoção de filhos para casais *gays*, pois se acredita que poderia vir a desaparecer os valores tradicionais da família.

Por conseguinte, mesmo com a diminuição do poder da família patriarcal, porém, partindo do pressuposto de que a família é de suma importância para a criança ou adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) apresenta:

Art. 19 Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. (GOIÁS, 2010, p. 16, grifado no original).

Sendo assim, a família tem o dever de fornecer uma boa convivência familiar, que se não for garantida pela “família natural”, uma família substituta deverá assegurar esses direitos à criança ou adolescente.

Outro grave problema que a educação tem enfrentado refere-se à participação da família no cumprimento do papel que cabe a ela: Ela tem deixado toda a responsabilidade da educação dos filhos para a escola? Bock, Furtado e Teixeira (2002, p. 270) acreditam que a escola pode ser entendida

como uma das várias instituições existentes na sociedade. Portanto, ela não pode ser considerada a única responsável pela criação da mão-de-obra submissa e pela reprodução de valores dominantes. A escola participa deste jogo social, mas as transformações sociais ocorrem de forma mais ampla,

abrangendo outras instituições sociais, como a família, os meios de comunicação de massa, o Congresso Nacional e as leis.

Essa complexa relação entre escola, sociedade e família tem sido muito discutido e apontado como um dos principais problemas da educação. Assim, os profissionais da escola precisam se conscientizar de suas responsabilidades, e a família não deve abrir mão de seu importante papel na formação de seus filhos como sujeitos históricos, livres para exercer suas responsabilidades e autonomia em suas relações sociais, inclusive na escola. Neste sentido, no artigo 4º do ECA, concebe-se que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (GOIÁS, 2010, p. 11).

Portanto, a família tem o dever de fornecer uma boa convivência familiar, que se não for garantida pela “família natural”, uma família substituta poderá assegurar esses direitos à criança ou adolescente.

7. Considerações Finais

Enfim, os diferentes processos que a família passou e, ainda, vêm passando são conquistas que o próprio ser humano adquiriu, mas o que importa são as marcas que esta “família moderna” deixa nas crianças, formando sua cultura e ideologia, pois a criança dependerá do adulto para sua formação física e psíquica, seja uma família biológica ou uma família substituta, estabelecendo sua “primeira educação”. Bock, Furtado e Teixeira (2008, p. 241) afirmam que:

A importância da primeira educação é tão grande na formação da pessoa que podemos compará-la ao alicerce da construção de uma casa. Depois, ao longo da sua vida, virão novas experiências que continuarão a construir a casa/indivíduo, relativizando o poder da família.

Nesse sentido, homens e mulheres assumem papéis de igualdade perante a sociedade. Os casais, tanto o homem quanto a mulher, passam a dividir atribuições em casa, com os filhos e, também, as despesas da família. Percebe-se, também, famílias em que

pessoas do mesmo sexo podem assumir a responsabilidade de ter um filho, e a independência financeira da mulher e do homem leva à opção de se ter apenas um filho ou filha.

Na verdade, a questão da educação de crianças deve ser tratada como um forte vínculo entre escola, família e sociedade, todos com um mesmo propósito que é de formar pessoas capazes de pensar e não meros escravos do mercado de trabalho, ou melhor, do Capitalismo. Se algum desses elos não estiver fortalecido, e cumprindo com a sua parte, a educação escolar fracassará em algum momento.

8. Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Família. In: _____. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 247-260.

_____. A Escola. In: _____. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 261-275.

GOIÁS. Secretaria Municipal de Assistência Social. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: lei federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Goiânia: SEMAS, CMDCA, 2010, 220p.

PRADO, Danda. **O Que é Família**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, Clementina Araújo Bagno da. **A Criança e o Adolescente em Situação de Rua sob a Ótica do Orçamento e da Política de Assistência Social do Distrito Federal**. 2010. 45f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Humanas, Departamento de Serviço Social. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1310/1/2010_Clementina_BagnoSilva.pdf>. Acesso em: 7 maio 2015.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: descontinuidades e continuidades. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 83, ano 26, 2005.